

dem do discurso circular: o objeto *a*. Dito assim, soa abstrato, mas, após o percurso do seminário, podemos divisar a gravidade da posição obsessiva — a de obliterar discursivamente a ordem discurso ela mesma, neutralizando-a como campo onde o que é mais radicalmente implicado pelo significante, tudo o que deriva do registro pulsional, deve, ou deveria se desdobrar.

No percurso, é a clinica lacanianiana que brota, que ressurge com certo frescor, como que renovada. E isso desde pequenos detalhes, de indicações aparentemente à margem, mas absolutamente pertinentes e estimulantes para o prático em seu dia a dia — com as patologias obsessivas que aparecem constantemente com designações diversas de bulimia, toxicomanias, etc. — até indicações mais amplas, a respeito de como o horror do obsessivo à subjetividade, ao desejo, contamina a cultura, determinando muitos dos efeitos que hoje associamos à contemporaneidade. E indicações sobre como a lógica do dom, numa estranha aliança com a economia, decaiu numa incansável rotina de se tentar compor os laços sociais a partir de arranjos paritários protocolares. Arranjos que vão se propor a ordenar desde a vida dos casais, até a educação dos filhos e mesmo uma generalização, através do aparelho judiciário, de uma equalização que finalmente instalaria a justa medida nas relações entre os homens. Do mesmo modo, o leitor encontrará no livro observações preciosas sobre a fixação, no discurso comum, de uma lógica injuntiva ao consumo que opera uma forçagem no sentido de colapsar a diferença entre desejo e demanda através da anulação do registro da temporalidade — campo onde o sujeito se desdobra como evanescência e corte no tempo — impedindo que esta última se renove; numa lógica que delimita

e fixa o circuito pulsional à mercadoria. Melman faz em suma um longo percurso que situa nossa dependência, enquanto falantes, das leis da linguagem, e o modo como estabelecemos a questão objetual a partir de suas operações, dando lugar, ou, ao contrário, anulando o campo do discurso. E isso, a partir do âmbito local da prática clínica.

Recebida em 23/6/2011.

Aprovada em 15/8/2011.

Francisco Leonel F. Fernandes
francisco.lf@mac.com

VALE A PENA QUEIMAR A PSICANÁLISE?

O livro negro da psicanálise. Viver e pensar melhor sem Freud, organizado por Catherine Meyer. Edição brasileira com organização e prefácio de Simone Perelson e tradução de Maria Beatriz de Medina e Simone Perelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 638 p.

Joel Birman

Psicanalista. Professor titular do Instituto de Psicologia da UFRJ; professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Uerj.

Um livro-acontecimento

O *livro negro da psicanálise* é um livro-acontecimento, como foi denominado pelo dossiê organizado pela revista *Le Nouvel Observateur*, publicada após o lançamento da obra na França, em 2005. Isso porque foi o disparador de numerosas polêmicas, as quais incidiram não apenas no campo psicanalítico, mas também na representação social da psicanálise. Lido vorazmente, em

decorrência da ampla disseminação midiática e das controvérsias que promoveu, o livro já estava na terceira reimpressão no mês de seu lançamento.

Porém, se o dossiê do *Le Nouvel Observateur*, intitulado “Deve-se acabar com a psicanálise?”, era favorável à obra, o do *L’express*, publicado em seguida, criticou o livro. Inúmeros artigos vieram à baila em jornais e revistas de grande circulação, sem considerar os que apareceram em revistas especializadas. Com toda esta galvanização pública; os analistas tiveram que sair de seus nichos institucionais e vir a público para responder às críticas.

Para destacar as linhas de força do debate é preciso destacar a inflexão simbólica condensada no título da obra, como enfatizou Elisabeth Roudinesco, na revista *Critique Communiste*, em 2005. Com efeito, inscreveu-se na obra sobre a psicanálise a carga simbólica de um livro anterior, intitulado *O livro negro* e que foi publicado em 1995, constituído pelos testemunhos dos que sobreviveram aos campos de concentração. Como pontuou Jean Birbaum, no *Monde des Livres*, em 2005, a expressão ‘livro negro’ remete para o crime de massa. Assim, a psicanálise foi identificada com o terror e a obra em pauta seria um relato de sobreviventes.

Não se pode esquecer, ademais, que o livro se insere numa série deles, publicados na França, em que a expressão ‘livro negro’ está no título: *O livro negro do comunismo* (1997), *O livro negro do colonialismo* (2003) e *O livro negro da Revolução Francesa* (2008). Na inflação do significante ‘livro negro’, a psicanálise se inscreveria no que existiria de pior na tradição ocidental – que iria de *goulag* ao horror colonial, passando pelo terror da Revolução Francesa.

No campo psicanalítico, a obra suscitou a publicação de dois livros, como críticas a ela. Assim, se E. Roudinesco

publicou, ainda em 2005, *Pourquoi tant de haine? Anatomie du livre noir de la psychanalyse*, J. A. Miller publicou *L’anti-Livre noir de la psychanalyse*, em 2006. O que os críticos salientaram foi não apenas a virulência que impregnava o livro, mas também seu contraponto: a ausência de uma argumentação consistente que pudesse fundamentar a crítica severa. Vale dizer: os argumentos foram considerados frágeis.

Não obstante ser uma publicação francesa, organizada por Catherine Meyer, o livro contou com a colaboração de 40 autores, de dez nacionalidades e de diferentes campos do saber. Desta maneira, a obra era não apenas coletiva, mas internacional e interdisciplinar. Contudo, a publicação brasileira é condensada, composta por 23 autores, na qual a organizadora selecionou os textos mais inflamados, para manter vivo o estilo contundente da obra, e os textos de crítica conceitual.

A hegemonia do campo psi em questão

No entanto, é preciso dizer que *O livro negro da psicanálise* é o ponto de chegada de um longo debate que atravessa a França, já há alguns anos, acerca da hegemonia da psicanálise sobre o campo dos saberes psi. Esta perda de hegemonia ocorreria anteriormente nos Estados Unidos, na Inglaterra, e em vários países europeus. Contudo, desde os anos 1990, a posição estratégica da psicanálise na França foi colocado em questão, pela disseminação dos paradigmas das neurociências e das psicoterapias cognitivas e comportamentais. Neste contexto, a psicanálise passou a ter que defender suas posições contra os novos paradigmas. Em contrapartida, a psicanálise continua a ser ainda uma referência teórica importante na América Latina.

É neste contexto que é preciso inscrever esta publicação e o debate que suscitou. Por ser justamente o ponto de chegada de um longo debate sobre a hegemonia da psicanálise é que a quinta parte do livro se intitula “Existe vida depois de Freud”, na qual diferentes artigos dissertam sobre os novos paradigmas. Pode-se afirmar que estaria aqui o que disparou a organização do livro. Após a demolição do campo psicanalítico, o que se quer apresentar são as novas alternativas para o domínio do campo psi, mas que estariam já colocados no ponto de partida. Enfim, é evidente a circularidade da construção da obra.

Uma clínica sem sujeito

Como foi sistematizada a crítica em questão? Se examinarmos a construção das diferentes partes que compõem o livro, pode-se depreender que o que está em pauta é a desconstrução do paradigma freudolacaniano e não os que se encontram presentes em outras tradições psicanalíticas, que fizeram alianças teóricas com os paradigmas das neurociências e das terapias cognitivo-comportamentais.

Por isso, a primeira parte do livro pretende desconstruir o discurso freudiano, e a segunda tem no discurso lacaniano o seu alvo. Com efeito, antes de indicar os supostos impasses epistemológicos da psicanálise, na sua terceira parte, a obra teve que demolir os fundamentos da psicanálise, na intercessão entre os discursos de Freud e de Lacan. Por este viés, os ditos ‘impasses epistemológicos’ estariam já delineando a psicanálise como condenada à morte, de forma que ‘as vítimas da psicanálise’ poderiam ser apresentadas na quarta parte. Para não existir mais vítimas para o ‘holocausto’ promovido pela psicanálise, os novos paradigmas do campo psi foram apresentados triunfalmente

na quinta parte, indicando que poderia existir ‘vida sem Freud’.

Assim, nas duas primeiras partes, estaria o núcleo da obra. O que se destaca é que Freud foi não apenas um ‘bom contador de histórias’ sobre ‘a eficácia terapêutica’ da psicanálise – mentirosas, evidentemente – mas também que soube fazer publicidade de seu discurso. Foi sobre este santo de pé de barro que aos fundamentos teóricos da psicanálise faltaria a eficácia clínica, mas que se disseminou socialmente nas classes sociais abastadas, na medida que estas preferiam ter quem as escutasse do que se submeter à psiquiatria organicista. No entanto, Freud soube construir uma organização poderosa, sem a qual tal disseminação teria sido impossível. A mesma estratégia foi repetida pela posterior tradição lacaniana. Contudo, o inconsciente seria uma modalidade de conceito ‘faz tudo’, pois apresentaria muitas faces, como uma cabeça de Medusa, isto é, seria um conceito sempre reorganizado para neutralizar as objeções de maneira ‘oportunistamente’, pela destruição que faria das críticas colocadas. Teria sido por este viés que a psicanálise teria evitado, enfim, o confronto decisivo para a verificação de sua cientificidade.

A incapacidade crítica dos discípulos de Lacan estaria na base da exceção francesa e do que existia de obscuro no discurso teórico de Lacan, ao mesmo tempo o correlato da sedução que exercia sobre aqueles. Os impasses epistemológicos e as ‘vítimas’ produzidas pelo dispositivo analítico dão sequência à crítica do livro, que se fecha pela apresentação das novas alternativas paradigmáticas.

Porém, nestas alternativas, o que está em pauta são práticas clínicas nas quais o sujeito estaria ausente, pois, tanto pelas propostas enunciadas pelo DSM-III quanto pelo DSM-IV, o que está em questão é uma

clínica sem sujeito, em que o naturalismo seria triunfante. A *medicalização* do espaço social ultrapassaria todos os limiares até agora atingidos, desde o século XIX, pois o que se inscreve no horizonte da contemporaneidade seria a *psiquiatrização dos normais*. Os esboços do DSM-V indicam isso claramente, pois esta norma vai radicalizar ainda mais o que foi já estabelecido pelos códigos diagnósticos anteriores.

Estaria justamente aqui o projeto político em curso na crítica da psicanálise promovida pelo livro em exame: a *performance* do indivíduo seria a finalidade estabelecida pelos novos paradigmas, com a anulação definitiva do sujeito e a promoção do controle social dos indivíduos.

Se é para isso que se quer banir a psicanálise, é preciso que nos indaguemos se vale a pena queimar a que temos. Da minha parte, proponho que devemos resistir a isso de todas as formas possíveis.

Joel Birman
joelbirman@uol.com